

DEPUTADOS TOMAM POSSE E FRAUDE ELEITORAL É ASSUNTO DO PASSADO

Assembleia da República dominada pela Frelimo com “Guebuzistas” na liderança



Os 250 deputados eleitos na votação de 15 de Outubro tomam posse nesta segunda-feira, 13 de Janeiro, numa cerimónia solene que vai sobretudo legitimar o processo eleitoral marcado por irregularidades e a vitória expressiva da Frelimo arrancada com recurso a fraude.

A Renamo, principal adversário da Frelimo, vai à IX Legislatura com o estatuto de maior partido da oposição, apesar de ter reduzido o número de deputados de 89 para 60. O

fraco desempenho da Renamo não reflecte necessariamente a vontade expressa nas urnas por milhares de eleitores, mas o sucesso do projecto da Frelimo de eliminar o principal partido da oposição do xadrez político nacional.

Para concretizar esse objectivo que remonta há décadas, a Frelimo sempre recorre às Forças de Defesa e Segurança para violentar membros da oposição e à manipulação dos órgãos eleitorais para agirem a seu fa-

vor. O exemplo mais paradigmático foi o recenseamento eleitoral na província de Gaza, onde o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) inscreveu 1.166.011 eleitores, número muito acima das projecções do Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

Em tempo útil, o INE denunciou os dados do STAE e veio a público esclarecer que a população com idade eleitoral em Gaza era de 836.581. Através de projecções científicas, o órgão reitor das estatísticas nacionais

demonstrou que só em 2040 a província de Gaza é que terá uma população com idade eleitoral mais ou menos igual aos mais de um milhão de eleitores registados em 2019 pelo STAE.

A “ousadia” do INE de denunciar a viciação dos dados do recenseamento em Gaza teve uma resposta violenta por parte do partido Frelimo. Falando numa cerimónia pública na qualidade de Presidente da República, Filipe Nyusi fez comentários negativos ao trabalho do INE, situação que levou o presidente do INE, Rosário Fernandes, a pedir demissão.

A sociedade civil e os partidos da oposição também denunciaram os mais de 300 mil eleitores “fantasmas” registados pelo STAE em Gaza. A Renamo chegou mesmo a exigir uma auditoria forense e uma investigação criminal ao trabalho dos órgãos eleitorais na fase do recenseamento eleitoral.

Entretanto, a Procuradoria-geral da República reagiu afirmando que não encontrou elementos suficientes para instaurar um processo-crime contra funcionários dos órgãos eleitorais (STAE e CNE) que conduziram o recenseamento eleitoral em Gaza. A conclusão do Ministério Público consta do Acórdão 25/CC/2019, através do qual o Conselho Constitucional validou e proclamou os resultados das eleições de 15 de Outubro. A viciação dos dados do recenseamento eleitoral em Gaza permitiu ao partido Frelimo eleger 22 deputados para a Assembleia da República, contra 13 eleitos em 2009. A

escolha de Gaza não foi de todo fortuita. Trata-se do principal círculo eleitoral onde a oposição ainda enfrenta muitas dificuldades de inserção devido à violência e à intolerância política patrocinadas pela Frelimo. Desde as primeiras eleições de 1994, a oposição ainda não conseguiu eleger um único deputado da Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Gaza.

Além da viciação dos dados eleitorais no seu principal reduto, a Frelimo investiu no enchimento das urnas em quase todos os círculos eleitorais do país, com provas de boletins preenchidos a favor do partido e do seu candidato a circularem a partir do próprio dia da votação. Ainda assim, tais provas nunca foram valoradas, quer pelos tribunais, quer pelo Conselho Constitucional, em todos os recursos submetidos pela oposição.

A Renamo não reconheceu os resultados eleitorais e juntou a sua voz aos protestos das organizações da sociedade civil que participaram na observação eleitoral, incluindo o CDD, que desde cedo denunciaram as várias irregularidades, com destaque para o enchimento das urnas.

Ao contrário da postura intransigente de Afonso Dhlakama face a indícios de fraude eleitoral, Ossufo Momade reagiu de forma amena às graves irregularidades que marcaram todo o processo eleitoral. Se com Afonso Dhlakama a magnitude da fraude eleitoral justificaria o reinício do conflito armado, com Ossufo Momade a reacção não foi para

além de um anúncio de manifestações à escala nacional.

A Frelimo investiu tudo para forçar a Renamo a aceitar os resultados eleitorais como forma de legitimar uma eleição fraudulenta. Uma das formas de pressionar a Renamo foi concretizada recorrendo-se a um órgão do Estado, nomeadamente a Procuradoria-geral da República, que tratou de notificar e interrogar quatro deputados e membros seniores Renamo: Ivone Soares, Manuel Bisso, José Manteigas e António Muchanga. A audição estava relacionada com os ataques armados no centro do país, onde um grupo de supostos guerrilheiros teria identificado os quatro deputados como sendo os financiadores da autoproclamada Junta Militar da Renamo.

Além da pressão da Frelimo, estava subjacente o interesse dos deputados do principal partido da oposição de ocupar os seus assentos na Assembleia da República como forma de garantir a sua renda de sobrevivência. O próprio presidente da Renamo não parece estar disposto a abdicar das mordomias que o estatuto de líder do segundo partido mais votado lhe confere. Em 2010, quando a Renamo obteve 51 assentos, Afonso Dhlakama orientou os seus deputados a boicotarem a Assembleia da República, em protesto contra a validação e promulgação dos resultados das eleições de 2009. O segundo maior partido e seu líder tinham saído das quartas eleições gerais com os piores resultados de sempre: 51 deputados eleitos para a Assembleia da



República; Afonso Dhlakama com 16% dos votos, contra os 75% de Armando Guebuza. No dia da investidura da VII Legislatura, 16 deputados, dos 51 eleitos pela Renamo, tomaram posse, contrariando as ordens de Afonso Dhlakama. Mais tarde, os outros 35 ocuparam os seus assentos no Parlamento para evitar a perda do mandato. A Lei do Estatuto, Segurança e Previdência do Deputado diz que “a não tomada de posse do candidato e a não apresentação de qualquer justificação para o facto, no período

de 30 dias a contar da data da investidura dos deputados”, considera-se desistência do mandato e, conseqüentemente, perda do mandato (alínea a), número 02, do artigo 10, da Lei 31/2014).

Em 2015, os 89 deputados da Renamo eleitos nas quintas eleições gerais ocuparam os seus assentos na Assembleia da República no dia 02 de Fevereiro, um mês depois do início dos trabalhos da VIII Legislatura. Tal como aconteceu em 2010, o motivo do boi-

cote parlamentar em 2015 eram as alegações de fraude nas eleições.

Nas eleições do ano passado, a viciação dos resultados foi tão grave que os próprios os órgãos eleitorais não tiveram a ousadia de afirmar que o processo foi livre, justo e transparente. Já o Conselho Constitucional validou e proclamou os resultados eleitorais recorrendo a um argumento político segundo o qual as “irregularidades não influenciaram nos resultados”.

Evolução da representação dos partidos no parlamento

PARTIDO/ COLIGAÇÃO DE PARTIDOS	V LEGISLATURA (1995 – 1999)	V LEGISLATURA (2000 – 2004)	VI LEGISLATURA (2005 – 2009)	VII LEGISLATURA (2010 – 2014)	VIII LEGISLATURA (2015 – 2019)	VIII LEGISLATURA (2015 – 2019)
FRELIMO	129	133	160	191	144	184
RENAMO	112	117	90	51	89	60
UNIÃO DEMOCRÁTICA	09					
MDM				08	17	06

Fonte: Compilação do CDD

“Guebuzistas” na presidência da Assembleia e na liderança da Bancada da Frelimo

Quando Filipe Nyusi chegou ao poder em 2015, trabalhou com uma Assembleia da República praticamente liderada por figuras próximas a Armando Guebuza, à época presidente da Frelimo. Verónica Macamo e Margarida Talapa tinham sido reconduzidas para os cargos de Presidente da Assembleia da República e de chefe da Bancada Parlamentar da Frelimo respectivamente, depois de terem desempenhado as mesmas funções na VII Legislatura, que coincidiu com o segundo mandato de Armando Guebuza. Apesar de o Parlamento ter viabilizado todas as iniciativas legislativas do Governo e do Presidente da República, a relação entre os poderes Executivo e Legislativo nem sempre foi pacífica. Em 2018, Filipe Nyusi insurgiu-se publicamente contra a demora da Assembleia da República em aprovar a revisão da Constituição da República, uma iniciativa que visava acomodar o projecto de descentralização exigida pela Renamo como condição para a paz afectiva. Em meio a crise económica (e de ideias) agra-

vada pelo escândalo das dívidas ocultas, Nyusi tinha na paz efectiva a principal trunfo para salvar o mandato, por isso a demora do Parlamento em viabilizar o projecto de descentralização era vista como um acto de sabotagem.

Para evitar os mesmos dissabores no seu segundo mandato, Filipe Nyusi estudou bem a lição e apostou em figuras da sua confiança para a corrida à liderança da Assembleia da República, nomeadamente Basílio Monteiro (ex-ministro do Interior) e Carlos Agostinho do Rosário (ex-primeiro-ministro). Nas eleições internas deste sábado, Basílio Monteiro e Carlos Agostinho do Rosário perderam para Esperança Bias, que vai suceder Verónica Macamo na liderança do Parlamento.

Há duas leituras que se podem fazer à inesperada ascensão de Esperança Bias para a segunda figura mais importante na hierarquia do Estado: A primeira sugere que Fili-

pe Nyusi ainda não conseguiu assegurar o controlo político da Frelimo, facto evidenciado pela derrota das suas apostas para a liderança do Parlamento. Aqui vale lembrar Carlos Agostinho do Rosário e Basílio Monteiro são membros da Comissão Política e no mandato passado ocuparam cargos relevantes no Governo.

A segunda leitura remete para a vitória da ala de Armando Guebuza dentro do partido no poder. Esperança Bias foi aposta de Armando Guebuza para o estratégico Ministério dos Recursos Minerais, no momento crucial de assinatura dos principais contratos de projectos de exploração do carvão de Tete e do gás natural da Bacia do Rovuma. Quando Guebuza saiu do poder em 2015, Esperança Bias assumiu as funções de deputada da Assembleia da República e em Abril de 2019 substituiu Eneas Comiche na presidência da Comissão do Plano e Orçamento, a segunda mais importante do Parlamento.

Com uma figura de confiança na direcção do mais alto órgão legislativo, a ala de Guebuza já pode desenhar estratégias para manter a influência política no Parlamento, numa altura em que o caso das dívidas ocultas está longe de terminar. Será interessante assistir como é que a Assembleia da República liderada pela gente próxima ao antigo Estadista irá se comportar perante uma provável proposta de lei de recuperação dos activos.

Nascida em 1958 na província de Inhambane (passou a sua infância em Nampula), Esperança Bias é economista de formação e membro sénior da Frelimo, estando actual-

mente a dirigir a brigada central do partido na Cidade de Maputo. Durante a era de Armando Guebuza, chegou a integrar a Comissão Política, mas viria a perder o assento no XI Congresso da Frelimo, já com Filipe Nyusi como presidente do partido. Mas ela voltará a integrar a Comissão Política, uma vez que os Estatutos da Frelimo dizem que o Presidente da Assembleia da República tem assento naquele órgão de decisão do partido. Apesar de ter dirigido um ministério estratégico para o futuro de Moçambique, seu nome nunca esteve envolvido em esquemas de corrupção.

“Essa é a vossa proposta”. Foi com estas palavras secas que Filipe Nyusi apresentou

Esperança Bias como candidata da Frelimo a presidente da Assembleia da República. O presidente da Frelimo não conseguiu esconder o desconforto com a primeira derrota sofrida dentro do partido e fez todo o seu discurso com um semblante carregado. Filipe Nyusi apresentou também Sérgio Pantie eleito para o cargo de chefe da Bancada Parlamentar da Frelimo. Descrito como uma pessoa humilde e próxima a Armando Guebuza, Sérgio Pantie teve uma ascensão política nos últimos 10 anos, tendo sido eleito membro da Comissão Política da Frelimo e mais tarde chefe da brigada central do partido em Sofala. Na VIII Legislatura, Pantie trabalhou com Margarida Talapa como vice-chefe da Bancada Parlamentar da Frelimo.

Parlamento passa a ter dois antigos Presidentes da Assembleia da República

Com a ascensão de Esperança Bias, a Assembleia da República passa a ter dois antigos presidentes, nomeadamente Verónica Macamo e Eduardo Mulémbuè. Isso equivale a dizer que Esperança Bias vai dirigir um Parlamento onde estarão sentados dois antecessores e José Pantie será chefe de dois antigos Presidentes da Assembleia da República.

Ao contrário de Eduardo Mulémbuè que dirigiu o Parlamento durante três mandatos (dois na era de Joaquim Chissano e um com Armando Guebuza), Verónica Macamo não conseguiu assegurar o terceiro mandato. Os sinais de que ela não seria aposta da Frelimo para a direcção do Parlamento começaram a ficar evidentes quando Nyusi mexeu com os chefes das brigadas centrais. Verónica Macamo foi substituída

por Conceita Sortane como chefe da brigada central em Gaza e ela passou a integrar a lista dos membros da Comissão Política sem funções políticas ao nível das províncias.

Nas últimas eleições legislativas, Verónica Macamo liderou a lista da Frelimo na província de Maputo, mas teve um papel irrelevante durante a campanha eleitoral.

Maioria qualificada sem benefício para Filipe Nyusi?

Vencedora de uma eleição marcada por várias irregularidades, a Frelimo entra na IX Legislatura da Assembleia da República com uma maioria qualificada de 184 deputados, contra os 144 que conseguiu na XIII Legislatura.

Com 74% dos deputados, a Frelimo vai dominar o debate político no mais importante órgão da democracia representativa e confirmar Esperança Bias como Presidente da Assembleia da República.

A maioria qualificada dá ainda ao partido no poder condições para aprovar uma revisão da Constituição da República. Mas para tal, a Frelimo teria de esperar até 2024, último ano da IX Legislatura, para desencadear alterações à Constituição da República. A actual Constituição vigora desde 2018 e ela só pode ser revista cinco anos depois, ou seja, a partir de 2024.

Entretanto, o artigo 301 da Constituição abre espaço para uma revisão constitucional antes do prazo de cinco anos, através

de uma “deliberação de assunção de poderes extraordinários de revisão, aprovada por maioria de três quartos dos deputados da Assembleia da República”. A maioria de três quartos implica um mínimo de 187 deputados, o que significa que a Frelimo, sozinha, não tem como aprovar uma assunção de poderes extraordinários para rever a Constituição antes de 2024.

Na VII Legislatura (2010-2014), a Frelimo quis tirar proveito da sua maioria qualificada (191 deputados) e desencadeou um processo de revisão da Constituição da República, uma iniciativa que foi vista como tentativa para acomodar um terceiro mandato de Armando Guebuza.

Perante receios e críticas contra uma revisão que procurasse acomodar interesses partidários, a Bancada da Frelimo submeteu, em Outubro de 2011, uma proposta pouco ambiciosa, sem alterações substanciais. O proponente defendeu que o objectivo da proposta era de melhorar o texto constitucional, transformar o Conselho Constitucio-

nal em Tribunal Constitucional e tornar os vice-ministros como membros do Conselho de Ministros.

No fim de 2014, a Assembleia da República decidiu remeter para a VIII Legislatura o projecto de revisão da Constituição, um claro sinal de falta de interesse da própria Frelimo em concluir o processo que custou mais de 20 milhões de meticais. Era a vitória da ala que se opunha ao terceiro mandato de Armando Guebuza e abriu caminho ao processo eleitoral interno que levou Filipe Nyusi ao poder.

Na revisão pontual da Constituição da República de 2018, a Frelimo não recuperou as suas propostas de 2011, nomeadamente a transformação do Conselho Constitucional em Tribunal Constitucional e dos vice-ministros em membros do Conselho de Ministros. Agora que Filipe Nyusi não conseguiu fazer passar as suas apostas para a liderança do Parlamento, fica desde já garantido que não haverá mexidas na Constituição para acomodar um terceiro mandato.



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: João Nhabanga Tinga
Autor: João Nhabanga Tinga
Equipa Técnica: João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

 Centro para Democracia e Desenvolvimento

 CDD_eleicoes | **E-mail:** info@cddmoz.org | **Website:** www.cddmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



COUNTERPART INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Embaixada da Suíça em Moçambique

